

PRT24ª nº 166/2014, resolve: designar o Procurador do Trabalho Odracir Juarez Hecht para atuar, em substituição, na modalidade remota, no Ofício da Procuradora do Trabalho Cândice Gabriela Arosio, na Procuradoria do Trabalho no Município de Dourados, pelo período de 1º a 7 de março de 2018, em razão de gozo de licença-maternidade desse Membro do Parquet.

LEONTINO FERREIRA DE LIMA JÚNIOR

PORTARIA Nº 48, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2018

O Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 24ª Região, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pela Portaria nº 674, de 24 de outubro de 2014, do Exmo. Sr. Procurador-Geral do Trabalho, e nos termos da Lei nº 13.024/2014, do Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 1/2014, da Portaria PGT nº 673/2014 e Portaria PRT24ª nº 166/2014, resolve: designar a Procuradora do Trabalho Cláudia Fernanda Noriler Silva para atuar, em substituição, no Ofício do Procurador do Trabalho Ricardo Ruy Fukuara Rebelo Pinho, na Procuradoria do Trabalho no Município de Três Lagoas-MS, pelo período de 4 a 16 de março de 2018, em razão de participação desse Membro do Parquet na 4ª Fase do Curso de Ingresso e Vitaliciamento - MPT, em Brasília-DF.

LEONTINO FERREIRA DE LIMA JÚNIOR

PORTARIA Nº 49, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2018

O Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 24ª Região, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pela Portaria nº 674, de 24 de outubro de 2014, do Exmo. Sr. Procurador-Geral do Trabalho, e nos termos da Lei nº 13.024/2014, do Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 1/2014, da Portaria PGT nº 673/2014 e Portaria PRT24ª nº 166/2014, resolve: designar o Procurador do Trabalho Celso Henrique Rodrigues Fortes para atuar, em substituição, no Ofício do Procurador do Trabalho Hiran Sebastião Meneghelli Filho, no dia 1º de março de 2018, em razão de gozo de férias desse Membro do Parquet.

LEONTINO FERREIRA DE LIMA JÚNIOR

PORTARIA Nº 50, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2018

O Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 24ª Região, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pela Portaria nº 674, de 24 de outubro de 2014, do Exmo. Sr. Procurador-Geral do Trabalho, e nos termos da Lei nº 13.024/2014, do Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 1/2014, da Portaria PGT nº 673/2014 e Portaria PRT24ª nº 166/2014, resolve: designar o Procurador do Trabalho Paulo Douglas Almeida de Moraes para atuar, em substituição, no Ofício do Procurador do Trabalho Hiran Sebastião Meneghelli Filho, no dia 2 a 8 de março de 2018, em razão de gozo de férias desse Membro do Parquet.

LEONTINO FERREIRA DE LIMA JÚNIOR

PORTARIA Nº 52, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2018

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pela Portaria nº 674, de 24 de outubro de 2014, do Exmo. Sr. Procurador-Geral do Trabalho, e nos termos da Lei nº 13.024/2014, do Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 1/2014, da Portaria PGT nº 673/2014 e Portaria PRT24ª nº 166/2014, resolve: designar o Procurador do Trabalho Jeferson Pereira para atuar, em substituição, no Ofício da Procuradora do Trabalho Cândice Gabriela Arosio, na Procuradoria do Trabalho no Município de Dourados, pelo período de 8 a 22 de março de 2018, em razão de gozo de licença-maternidade desse Membro do Parquet.

LEONTINO FERREIRA DE LIMA JÚNIOR

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

PORTARIA Nº 103, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 290/PDJM, de 5/12/2013, combinada com a Portaria nº 114/PDJM, de 31/8/2016, considerando o contido no Processo Eletrônico SEI nº 3.00.000.1.004602/2017-38, resolve:

Art. 1º Suspender o pagamento do adicional de insalubridade, em grau médio, equivalente a 10%, (dez por cento), concedido ao Servidor Carlos Alberto Camargo Dias, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Saúde/Saúde, matrícula nº 874-5, com fundamento no art. 68, caput, da Lei Nº 8.112/1990 e no art. 10, caput, da Orientação Normativa SEGRT/MP Nº 4, de 14/2/2017, tendo em vista que o tempo de exposição deste Servidor a agentes biológicos não é permanente, nos termos do Laudo Ambiental DASPEM, de 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO BARROS SANTOS

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL
E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SECRETARIA-GERAL**

PORTARIA Nº 166, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2018

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, nomeado pela Portaria nº 75/PJG, de 19/1/2015, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.160/PJG, de 06/09/2010, publicada no Diário Oficial da União de 10/09/2010, e considerando o teor do Tabularium nº 08191.018807/2018-48, resolve:

Designar o servidor ALAN RODRIGUES MAGALHAES, matrícula 3903-9, Técnico do MPU/Apoio Técnico Administrativo/Tecnologia da Informação e Comunicação da carreira do Ministério Público da União, para exercer a função de confiança de Assistente Técnico I da Secretaria de Tecnologia da Informação, código FC-02 (62030092), dispensando, a contar de 1/3/2018, o servidor EDUARDO FURTADO OLIVEIRA, matrícula 3153-4.

WAGNER DE CASTRO ARAÚJO

Tribunal de Contas da União

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 25, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso XV, alínea "m", da Portaria-Segedam nº 3, de 2 de janeiro de 2015, e tendo em vista as informações constantes do processo nº 004.959/2018-3, resolve:

CONCEDER PENSÃO vitalícia, a partir de 02 de fevereiro de 2018, na proporção de 100%, a MOD RAMOS DE SOUZA, CPF nº 105.682.157-45, nascida em 03/02/1927, por motivo de falecimento do servidor PASCHOAL DE SOUZA, matrícula nº 1234-3, ocorrido em 02/02/2018, com fundamento no artigo 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, e em conformidade com o artigo 217, inciso I e o artigo 222, inciso VII, alínea "b", item "6", da Lei nº 8.112, publicada em 12 de dezembro de 1990, alterada pela Lei nº 13.135, publicada em 18 de junho de 2015 e artigo 2º da Lei nº 10.887, publicada em 21 de junho de 2004.

FERNANDO LUIZ SOUZA DA EIRA

Defensoria Pública da União

**GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL
FEDERAL**

PORTARIA Nº 143, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2018

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 8º, incisos I, III e XIII, da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994.

Considerando que a Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV, do art. 5º, da Constituição Federal de 1988;

Considerando que são objetivos da Defensoria Pública da União a prevalência e a efetividade dos direitos humanos, nos termos do art. 3º-A, III, da Lei Complementar nº 80/1994;

Considerando a edição do Decreto nº 9.288, publicado no Diário Oficial da União em 16.02.2018 e aprovado pelo Congresso Nacional;

Considerando o teor da Recomendação expedida pelo Defensor Nacional de Direitos Humanos, em 23.02.2018, ao General do Exército Walter Souza de Braga Neto, nomeado Interventor na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro;

Considerando a necessidade de maior acompanhamento das ações a serem adotadas em cumprimento ao decreto interventivo, de forma a salvaguardar os direitos fundamentais da população do Rio de Janeiro, resolve:

Art. 1º Criar o Grupo de Acompanhamento das Ações e Medidas decorrentes da Intervenção Federal decretada no Estado do Rio de Janeiro, no âmbito da Defensoria Pública da União.

Art. 2º O Grupo terá por atribuição acompanhar e monitorar as ações realizadas em decorrência da intervenção e tomar todas as medidas extrajudiciais e judiciais necessárias à proteção dos direitos fundamentais da população do Rio de Janeiro.

Art. 3º Comporão o "Grupo DPU mais Rio" os Exmos. Defensores Públicos Federais lotados na Defensoria Pública da União no Rio de Janeiro:

THALES ARCOVERDE TREIGER
DANIEL MACEDO ALVES PEREIRA
MARCELO UZEDA DE FARIA
RENAN VINÍCIUS SOTTO MAYOR DE OLIVEIRA
ANA LÚCIA CASTRO DE OLIVEIRA

§ 1º. A Coordenação das atividades do Grupo ficará sob responsabilidade do Defensor Regional de Direitos Humanos, Dr. Thales Arcoverde Treiger, devendo desenvolver suas atividades na sede da Defensoria Pública da União no Rio de Janeiro, no endereço Av. Pres. Vargas, 62 - Centro, Rio de Janeiro - RJ, 20091-060;

§ 2º. O quantitativo de defensores públicos federais poderá ser alterado por ato do Defensor Público-Geral Federal em face da demanda observada;

Art. 4º. O Grupo ficará vinculado ao Gabinete do Defensor Nacional de Direitos Humanos, podendo valer-se de sua estrutura para a consecução de seus objetivos e atribuições.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS EDUARDO BARBOSA PAZ

PORTARIA Nº 147, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2018

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 8º, incisos I e XIII, da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994;

Considerando o Memorando nº 5 (Documento SEI nº 2112517), bem como os demais documentos pertinentes ao caso, anexados aos processo administrativo nº 08138.000395/2017-53, resolve:

Art. 1º - Conceder aposentadoria voluntária com proventos integrais, a contar de 20 de fevereiro de 2018, à Sra. Elizabeth Castro Segtowich, Matrícula SIAPE nº 0157922, ocupante do cargo de Agente Administrativo, com fulcro no artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47 de 2005, conforme disposto no Processo Administrativo nº 08138.000395/2017-53.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS EDUARDO BARBOSA PAZ

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ATO DE 28 DE FEVEREIRO DE 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, alínea "a", do Ato da Mesa n. 106, de 26 de novembro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo n. 292.228/2017-CD, resolve:

Conceder aposentadoria ao ex-Deputado Federal FRANCISCO EDNALDO PRACIANO, a partir de 9 de novembro de 2017, com proventos correspondentes a 12/35 da remuneração fixada para os membros do Congresso Nacional, nos termos do artigo 2º, caput, inciso II, alínea "b", e § 2º, da Lei n. 9.506, de 30 de outubro de 1997.

RODRIGO MAIA

ATOS DE 1º DE MARÇO DE 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, alínea "a" do Ato da Mesa n.º 205, de 28 de junho de 1990, resolve:

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, BEATRIZ MARCELINO VALENÇA, ponto nº 5902, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo - atribuição Taquígrafo Legislativo, Classe Especial, Padrão 10, da função comissionada de Chefe da Seção Administrativa, FC-1, da Diretoria-Geral, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, CLÁUDIO ROBERTO DE ARAUJO, ponto nº 6754, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo - atribuição Técnica Legislativa, Classe Especial, Padrão 10, da função comissionada de Diretor da Coordenação de Apoio Técnico Administrativo, FC-3, da Diretoria Executiva de Comunicação Social, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, HILTON SILVA BALIEIRO, ponto nº 5354, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo - atribuição Assistente Administrativo, Classe Especial, Padrão 10, da função comissionada de Assistente de Gabinete, FC-1, da Diretoria-Geral, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, LILIANE CHAVES MURTA DE LIMA, ponto nº 7333, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo - atribuição Assistente Administrativo, Classe B, Padrão 06, da função comissionada de Assistente de Gabinete, FC-1, da Diretoria Executiva de Comunicação Social, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, PAULO CESAR PEREIRA DOS SANTOS, ponto nº 6312, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo - atribuição Técnico em